



**IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO**

1. Assinalar a alternativa correta:

- a) A interceptação das comunicações telefônicas não ofende o direito à privacidade, desde que realizada em procedimentos criminais ou fiscais.
- b) A inviolabilidade das comunicações telefônicas pode ser quebrada por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, exclusivamente para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) O sigilo bancário só pode ser quebrado por autorização judicial expressa para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) Salvo com expressa autorização judicial, as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem decretar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

2. Assinalar a alternativa correta:

- a) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, as ilhas fluviais e lacustres, bem como as ilhas oceânicas e costeiras, incluídas as áreas que , nelas, estiverem sob o seu domínio.
- b) O mandato dos Deputados Estaduais será de quatro anos, aplicando-se-lhes as regras da Constituição Federal sobre sistema de eleição, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas, não podendo ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.
- c) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal, exceto para editar medida provisória e lei complementar.
- d) A decretação da intervenção, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária emitida por autoridade estadual, depende de requisição do Presidente do Tribunal de Justiça e provimento de representação do Procurador-Geral da República.

3. Assinalar a alternativa correta:

- a) A exigência legal de que o candidato a concurso público tenha altura mínima, não se mostra ofensiva ao princípio da isonomia, desde que compatível com as características do cargo a ser provido.
- b) Ofende o princípio da isonomia a estipulação de limite de idade para o acesso aos cargos públicos.
- c) O candidato que já é servidor público não pode ficar sujeito a limite de idade imposto aos demais candidatos inscritos em concurso público.
- d) A lei pode estabelecer um limite de idade para os servidores públicos locais e outro diverso para os demais candidatos em concurso para cargo público estadual.

4) Assinalar a alternativa correta:

- a) A doutrina dos “frutos da árvore envenenada” justifica a nulidade de todas as provas colhidas no processo.
- b) Considera-se ilícita a prova colhida por gravação da conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, pois não se pode admitir nenhuma afronta ao sigilo das comunicações.
- c) A interceptação telefônica, sem autorização judicial, é prova ilícita, mas não contamina as demais provas que dela não decorram direta ou indiretamente.



d) Mesmo autorizada judicialmente, a escuta telefônica é prova ilícita se pelo menos um dos interlocutores não tiver conhecimento da interceptação, caso em que todas as demais provas ficam contaminadas.

5) Assinalar a alternativa correta:

- a) A garantia da prévia e justa indenização não é compatível com a imissão provisória na posse do bem desapropriado pelo Poder Público, antes do pagamento integral da indenização devida.
- b) Independentemente de avaliação prévia, o Poder Público pode imitir-se na posse do imóvel objeto da ação de desapropriação, desde que deposite o preço correspondente ao seu valor cadastral.
- c) Havendo risco de dano irreparável e comprovada urgência na desapropriação, é lícito ao Poder Público ocupar o bem expropriado, independentemente de qualquer depósito prévio.
- d) Em caso de urgência, é admissível a imissão provisória do Poder Público na posse do bem desapropriado, independentemente do pagamento da indenização, desde que deposite judicialmente o valor apurado em avaliação prévia.

6. Assinalar a alternativa correta:

- a) O direito à obtenção de certidões em repartições públicas é absoluto e não depende da indicação da finalidade específica do pedido.
- b) O direito de acesso ao Poder Judiciário não comporta limitações concernentes a exaurimento da via administrativa, a estipulação de prazos, nem a qualquer exigência de ordem pecuniária.
- c) A cláusula de sigilo em exame psicotécnico para avaliação de candidatos em concurso público, impedindo o conhecimento dos critérios utilizados, é incompatível com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- d) O exame psicotécnico para avaliação de candidatos em concurso público é manifestamente inconstitucional, por afronta ao requisito da publicidade do certame e ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.

7. Assinalar a alternativa correta:

- a) O provimento de cargos públicos mediante ascensão, observada a compatibilidade de funções e o concurso na primeira investidura, continua válido no regime constitucional em vigor, que também valoriza o princípio da eficiência no serviço público.
- b) A transformação, o reenquadramento, a redistribuição e a transferência de cargos são formas de provimento totalmente abolidas pela atual Constituição, pois representam formas de provimento em cargo diverso daquele para o qual o servidor público prestou concurso.
- c) A lei pode, para evitar a redução dos vencimentos, determinar o reenquadramento de servidor que está em desvio de função há mais de cinco anos, desde que tenha ingressado no serviço público regularmente, por concurso.
- d) A exigência da aprovação prévia em concurso público para a investidura em cargo ou emprego aplica-se a todos os entes públicos da administração indireta, exceto as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que estão submetidas a regime jurídico próprio.

8. Assinalar a alternativa correta:

- a) O empregado de empresa pública, investido no cargo de vice-prefeito, pode acumular a remuneração do seu emprego com a verba de representação referente ao mandato eletivo.



- b) É válida a acumulação remunerada dos cargos públicos de médico e de veterinário, pois ambos são privativos de profissionais da saúde.
- c) A Constituição não proíbe a acumulação de proventos e vencimentos quando se tratar de cargos públicos que poderiam ser acumulados na atividade.
- d) A proibição de acumular remunerações de cargos públicos não alcança os empregados das sociedades de economia mista, que estão sujeitos ao regime próprio das empresas privadas.

9. Assinalar a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, e os seus titulares, não sendo servidores públicos, não estão sujeitos à aposentadoria compulsória por limite de idade.
- b) Os proventos de aposentadoria não poderão exceder a remuneração do servidor, no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, devendo corresponder, na forma da lei, à totalidade da remuneração.
- c) O servidor titular de cargo efetivo não pode aposentar-se enquanto estiver no exercício de cargo em comissão, salvo se a remuneração deste for inferior à daquele.
- d) Os vencimentos de todos os servidores públicos federais devem ser reajustados, por força da Constituição, nas mesmas datas e nos mesmos percentuais.

10. Assinalar a alternativa correta:

- a) Os atos das Comissões Parlamentares de Inquérito, desde que praticados nos limites dos seus poderes investigatórios, não estão sujeitos ao controle jurisdicional, pois a autoridade do Poder Legislativo não pode ficar condicionada à fiscalização do Poder Judiciário.
- b) Havendo relação de pertinência com a atividade parlamentar, a imunidade material dos Deputados e Senadores alcança a responsabilidade civil decorrente dos atos praticados no exercício de suas funções.
- c) Os Estados, no exercício de sua autonomia em face da União, não estão obrigados a observar o modelo federal do processo legislativo, notadamente no que diz com as hipóteses de iniciativa reservada, que podem ser disciplinadas conforme as peculiaridades locais.
- d) A competência privativa do Chefe do Executivo para a iniciativa de leis que disponham sobre o regime jurídico dos servidores públicos não impede a alteração do projeto original por emenda parlamentar, ainda que resulte em aumento de despesas.

11. Assinalar a alternativa correta:

- a) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, desde que renunciem até seis meses antes do pleito.
- b) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão concorrer a qualquer cargo eletivo, independentemente de afastamento prévio dos respectivos cargos.
- c) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão concorrer, exclusivamente, aos mesmos cargos, devendo renunciar aos respectivos mandatos até seis meses do pleito.
- d) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, mas para concorrerem a outros cargos deverão renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.



12. Assinalar a alternativa correta:

- a) Na desapropriação por utilidade pública, são indenizáveis as jazidas minerais existentes no subsolo do imóvel, pois representam valor integrado na propriedade particular.
- b) Concedida a autorização de lavra, as riquezas minerais existentes no subsolo podem ser consideradas para efeito de apuração do valor da indenização devida na desapropriação do imóvel.
- c) A concessão de lavra atribui ao concessionário o domínio sobre os recursos minerais existentes no subsolo, assegurando-lhe direito subjetivo à indenização toda vez que ato do Poder Público reduzir o valor patrimonial do seu título.
- d) A propriedade do solo não se confunde com a propriedade mineral, submetida, essa última, ao regime de dominialidade pública, desde que localizada no subsolo.

13. Assinalar a alternativa correta:

- a) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre criação, funcionamento e processo dos juizados especiais cíveis e criminais.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário e financeiro, inclusive para estabelecer a disciplina da atualização monetária dos seus tributos.
- d) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre registros públicos, juntas comerciais e custas dos serviços forenses.

14. Assinalar a alternativa correta:

- a) A inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos não é absoluta, admitindo a aplicação de sanções previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal e a responsabilização pelo crime de calúnia, se a ofensa não tiver relação com o exercício do mandato.
- b) A imunidade penal dos vereadores está limitada ao exercício do mandato e às manifestações feitas da tribuna na Câmara Municipal.
- c) O vereador, atuando no âmbito da circunscrição territorial do seu Município, não pode ser processado criminalmente por suas opiniões, palavras e votos, sem prévia licença da Câmara Municipal.
- d) A inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos estende-se a todas as suas manifestações, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal, não podendo ser indiciados em inquérito policial nem processados criminalmente por delitos contra a honra.

15. Assinalar a alternativa correta:

- a) O Presidente da República não pode, sem invasão indevida de uma competência privativa do Congresso Nacional, expedir medida provisória revogando diploma da mesma espécie que se encontre em exame no Poder Legislativo.
- b) As contribuições para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias, contando-se o prazo a partir da veiculação da medida provisória que as tiver instituído, desde que tenha sido convertida em lei.
- c) Os pressupostos de relevância e urgência para a edição de medida provisória têm caráter político, sendo imunes ao controle jurisdicional, salvo pela via do controle concentrado de inconstitucionalidade.



- d) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, não estando sujeito ao controle externo do Tribunal de Contas.
16. Considerando os princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa inteiramente correta:
- O princípio da razoabilidade ou proporcionalidade só pode ser aferido pelos critérios pessoais do administrador.
 - São princípios explícitos da Administração Pública, entre outros, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - A eficiência não é princípio consagrado sequer implicitamente.
 - O princípio da publicidade obriga a presença do nome do administrador nos atos, obras, serviços e campanhas do Poder Público.
17. Considerando os atos administrativos vinculados e discricionários, assinale a afirmativa inteiramente correta:
- A discricionariedade é a liberdade de agir da Administração, podendo ingressar na esfera da arbitrariedade, havendo interesse público.
 - No exercício do poder disciplinar a Administração pode agir discricionariamente, quer para apurar a infração, quer para aplicar as penalidades.
 - No exercício do poder disciplinar, a Administração não tem liberdade de escolha, de modo que, tendo conhecimento da falta, deve instaurar o procedimento adequado.
 - Atendidos os pressupostos próprios para a prática do ato vinculado, a Administração não dispõe de liberdade de não praticá-lo, salvo no que se refere ao critério de conveniência.
18. Com referência às características do contrato administrativo, assinale a afirmativa inteiramente correta:
- O contratante tem direito de ver mantido o contrato, mesmo que sejam apuradas ilegalidades na condução da licitação que lhe deu origem.
 - No contrato administrativo típico, pode ser efetuada pelo contratante a subcontratação total ou parcial do objeto.
 - O contrato administrativo típico admite alteração unilateral pela Administração, garantida ao contratante a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
 - O direito de ver mantida a equação econômico-financeira é garantia do contratado apenas até a data de assinatura do ajuste.
19. Em relação à concessão de serviços públicos, assinale a afirmativa inteiramente correta:
- A outorga de serviço público em regime de concessão não depende de lei autorizadora, nem de licitação para escolha do particular, mas o ajuste deve ser formalizado com as “cláusulas exorbitantes”.
 - A outorga de um serviço público em regime de concessão depende de lei que a autorize e de prévia licitação, devendo a remuneração do contratado ser custeada pela Administração.
 - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - Nenhuma das alternativas está inteiramente correta.
20. No que se refere às licitações em geral, assinalar a afirmativa inteiramente correta:
- O Edital dá publicidade à licitação, identifica o objeto licitado, estabelece critérios para análise da oferta e é vinculante para a Administração, sendo que as exigências não previstas ou contrárias à lei, não podem ser afastadas pelos licitantes.



- b) O princípio da adjudicação compulsória impõe à Administração, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação ao vencedor que, todavia, não tem um direito subjetivo de exigir a adjudicação, caso dela desista o Poder Público.
- c) O princípio da impessoalidade impede que, na concorrência para compra de materiais, participem parentes até o terceiro grau, dos dirigentes das entidades licitantes.
- d) Exigem licitação as obras, compras e alienações promovidas pela Administração direta, indireta e empresas públicas; e quanto aos serviços, os de publicidade e locação estão dispensados da exigência licitatória.

21. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I) Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.
- II) A responsabilidade administrativa do servidor denunciado por ilícito penal será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da sua autoria.
- III) A administração pública não necessita aguardar a conclusão do processo criminal, para iniciar e concluir o procedimento administrativo-disciplinar, aplicando a pena que a lei autorizar.

- a) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- c) Todas as afirmações estão inteiramente corretas.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

22. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I) O Poder de Polícia nem sempre é discricionário, pois se há autorizações expedidas discricionariamente, as licenças, igualmente expressões típicas do poder de polícia, são atos vinculados.
- II) A apreensão de material de caça e pesca, inclusive embarcações e armas de fogo, utilizados por particulares em excursão de caráter esportivo, em desacordo com as disposições dos Códigos de Caça e Pesca e da Lei dos Crimes Ambientais, não pode ser efetuada sem a prévia oitiva e defesa dos acusados.
- III) A apreensão de gêneros alimentícios impróprios ao consumo, a queima de cultivares transgênicos plantados sem autorização do órgão competente, a interrupção de um espetáculo teatral por ofensas aos governantes e o fechamento de estabelecimento industrial lançador de odores fétidos, são todas medidas que podem ser aplicadas sem prévia oitiva ou admoestação aos particulares e independente de prévio pronunciamento judicial.

- a) Apenas a afirmativa I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmativa II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmativa III está inteiramente correta.
- d) Todas as afirmativas estão inteiramente corretas.

23. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I) O Poder Público não pode exercer a sua atividade expropriatória para efetivação da reforma agrária em áreas situadas na Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal ou Zona Costeira, pois são áreas consideradas do Patrimônio Nacional.
- II) Para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental há necessidade de apresentação, pelo empreendedor, inclusive o Poder Público, de prévio estudo de impacto ambiental, na forma da lei.



III) A Constituição Federal de 1988 converteu em bens públicos os imóveis particulares recobertos por mata atlântica e florestas, estando o particular impedido de utilizar as referidas áreas e sem direito a qualquer indenização.

- a) Apenas a afirmativa I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmativa II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmativa III está inteiramente correta.
- d) Não há alternativa inteiramente correta.

24. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I) A responsabilidade objetiva abrange atos praticados por agente pessoa jurídica de direito público e de direito privado prestadora de serviços públicos, inclusive concessionários de serviços públicos.
- II) A responsabilidade objetiva do Estado supõe nexo de causa e efeito, isto é, que haja um dano causado a terceiros em decorrência do ato do agente ou da prestação do serviço.
- III) A responsabilidade objetiva do Estado se verifica mesmo em relação aos atos do servidor praticados fora das funções públicas.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão inteiramente corretas.
- c) Todas as afirmativas estão inteiramente corretas.
- d) Nenhuma das afirmativas está inteiramente correta.

25. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I) No desempenho da implementação do programa de reforma agrária, o Poder Público, considerando a urgência na efetivação das medidas, está dispensado de comunicar previamente aos proprietários a realização das vistorias administrativas.
- II) A invasão de propriedades rurais, sem que os proprietários, apesar das medidas judiciais, obtenham a reintegração na posse, caracteriza hipótese de força maior impeditiva de dar à terra a produtividade adequada.
- III) Para efeito de avaliação do cumprimento da função social da propriedade, não pode, mediante simples portarias, definir os índices de rendimento de produtos agrícolas e de lotação de unidades pecuárias.

- a) Apenas a afirmativa I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmativa II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmativa III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmativas está inteiramente correta.

26. Assinalar a alternativa correta:

- a) O Adicional de Tarifa Portuária incide apenas nas operações realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto do comércio de navegação de longo curso, em navio de bandeira nacional.
- b) A mercadoria importada de país signatário do GATT é isenta do ICM, quando contemplado com esse favor o similar nacional.
- c) A parcela relativa ao ICM não se inclui na base de cálculo do PIS.
- d) Inclui-se na base de cálculo do ICM a Taxa de Melhoramento dos Portos.

27. Assinalar a alternativa correta:

- a) O pagamento de férias e de gratificação natalina não está sujeito à incidência do imposto de renda.



- b) O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda.
- c) A prestação de serviço de composição gráfica, quando envolva fornecimento de mercadorias, não está sujeita à incidência do ISS.
- d) É lícito, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, adotando índice de correção monetária próprio, superior ao oficial.

28. Assinalar a alternativa correta:

- a) Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do trânsito em julgado da sentença.
- b) O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares não tem autonomia jurídica e, por isso, não constitui fato gerador do ICMS.
- c) O deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte, situado em município diverso, está sujeito ao pagamento do ICMS.
- d) Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

29. Assinalar a alternativa correta:

- a) Os depósitos judiciais não estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Operações Financeiras.
- b) A microempresa de representação comercial não está isenta do pagamento do Imposto de Renda.
- c) Na importação de veículo por pessoa física, destinado a uso próprio, não incide o ICMS.
- d) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, envolve fornecimento de mercadorias e, por isso, está sujeito à incidência do ICMS.

30. Assinalar a alternativa correta:

- a) A simples confissão de dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, mesmo quando anterior a qualquer iniciativa do Fisco, não configura denúncia espontânea.
- b) As mercadorias oriundas do estrangeiro, com simples trânsito em porto nacional, destinadas a outro país, estão sujeitas ao pagamento da Taxa de Melhoramento dos Portos (TMP).
- c) A alteração dos critérios jurídicos adotados pelo Fisco em ato de amplitude nacional justifica a revisão de lançamento, pois a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- d) O prazo da prescrição, interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.

31. Assinalar a alternativa correta:

- a) É lícito à Administração, no exercício do seu poder de império, interditar o estabelecimento do devedor contumaz, como meio coercitivo legítimo para promover a eficaz cobrança dos tributos devidos.
- b) O contribuinte de direito pode reclamar a restituição do tributo indireto pago indevidamente, desde que, por sua natureza, comporte a transferência do respectivo encargo financeiro.
- c) As autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais, são imunes ao pagamento de impostos federais, estaduais e municipais



d) As sociedades de economia mista e as empresas públicas federais têm isenção de impostos estaduais, e as entidades da administração indireta dos Estados são imunes aos tributos municipais.

32. Assinalar a alternativa correta:

- a) As isenções tributárias, atos tipicamente discricionários, mesmo quando excepcionalmente concedidas sob condição onerosa, podem ser livremente suprimidas pela Administração.
- b) A imunidade ou a isenção tributária do comprador estende-se ao produtor, eximindo-o do pagamento do IPI sobre a mercadoria alienada.
- c) A restrição imposta pela Autoridade Fazendária à importação de bens usados, dentre os quais pneus e veículos, não tem sustentação constitucional por ofender o princípio da isonomia e o princípio da legalidade tributária.
- d) Os valores recebidos a título de incentivo à demissão voluntária não se sujeitam à incidência do imposto de renda.

33. Assinalar a alternativa correta:

- a) A exigência de depósito de parcela do tributo questionado como condição para a interposição de recurso administrativo no contencioso fiscal implica ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa.
- b) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não impede a execução fiscal, mas o contribuinte tem direito à chamada certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Se o crédito tributário está garantido por penhora regular, não pode a autoridade fiscal recusar ao contribuinte a competente certidão negativa de débito.
- d) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a prescrição da ação de repetição de indébito só ocorre após decorridos cinco anos, contados do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados do termo final do prazo deferido ao Fisco para apuração do tributo devido.

34. Assinalar a alternativa correta:

- a) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das obrigações a que se referam.
- b) Os valores indevidamente recolhidos a título de FINSOCIAL não são passíveis de compensação com parcelas vincendas da COFINS, pois não se cuida de tributos da mesma espécie.
- c) O contribuinte não pode creditar-se do valor do IPI incidente sobre produtos adquiridos sob o regime de isenção, mas poderá fazê-lo se os produtos adquiridos estiverem submetidos à alíquota zero.
- d) A solidariedade das pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária não comporta benefício de ordem, mas o pagamento efetuado por um dos obrigados não extingue a responsabilidade dos demais.

35. Assinalar a alternativa correta:

- a) A fixação de prazo para o recolhimento dos tributos é matéria sujeita ao princípio da reserva legal, não podendo ser objeto de ato normativo da Administração.
- b) O contribuinte de fato não tem o direito de considerar em sua escrita fiscal créditos do IPI em relação a matéria-prima adquirida com alíquota zero.
- c) A proibição de instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão não alcança as listas telefônicas que veiculam qualquer forma de publicidade.



d) Na vigente ordem constitucional, o FINSOCIAL é modalidade de tributo que não se classifica como imposto e, portanto, incide sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

36. Assinalar a alternativa correta:

- a) A imunidade tributária recíproca não se aplica unicamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mas também às autarquias, empresas públicas e fundações públicas.
- b) A imunidade tributária das operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais não afasta a incidência do PIS e da COFINS sobre o faturamento das empresas que se dedicam à comercialização desses produtos.
- c) Cabe ao juiz pronunciar, de ofício, a prescrição do crédito tributário em execução fiscal.
- d) O prazo prescricional, interrompido pela concessão de parcelamento do débito tributário, em caso de descumprimento do acordo, recomeça a correr com a regular notificação do devedor.

37. Assinalar a alternativa correta:

- a) A denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido, exclui a incidência da multa e dos juros moratórios.
- b) A lavratura do auto de infração basta para caracterizar o lançamento tributário e, após a notificação do sujeito passivo, exclui a espontaneidade em relação aos atos anteriores, inclusive para os demais envolvidos nas infrações verificadas.
- c) A impugnação da exigência, desde que acompanhada do depósito integral do tributo, instaura a fase litigiosa do procedimento fiscal.
- d) A consulta formalizada antes do lançamento suspende o prazo para o recolhimento dos tributos sujeitos ao regime de retenção na fonte.

38. Assinalar a alternativa correta:

- a) A natureza jurídica do tributo é determinada pela destinação legal do produto da sua arrecadação, a fim de assegurar a equidade na partilha das competências tributárias.
- b) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- c) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos não compreende as garantias e privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- d) A função de arrecadar tributos não pode ser atribuída a pessoas jurídicas de direito privado, salvo mediante delegação da competência tributária, nos casos previstos em lei.

39. Assinalar a alternativa correta:

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.
- b) A lei tributária não pode atingir ato ou fato pretérito, salvo para defini-lo como infração ou para cominar penalidade por ato fraudulento.
- c) A autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá utilizar a analogia para exigir tributo previsto em lei e a equidade para dispensar o pagamento de tributo devido.
- d) A lei tributária que define infrações interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, exceto quanto à determinação das penalidades aplicáveis.

40. Assinalar a alternativa correta:



- a) A obrigação tributária acessória surge com a ocorrência do fato gerador da obrigação principal e tem por objeto prestações previstas em lei no interesse da arrecadação.
- b) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado titular da competência para exigir o seu cumprimento, na forma da lei.
- c) Sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo, salvo no caso de incapacidade para o exercício regular de atividades civis.
- d) Na falta de eleição, pelo contribuinte, de domicílio tributário, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede ou o de cada estabelecimento, em relação aos atos e fatos que deram origem à obrigação.
41. Após ingerir comida, envenenada por seu irmão “A”, “B”, ainda sem estar sentindo os efeitos do veneno, ao atravessar uma rua, é atropelado por “C”, motorista imprudente que dirigia com excesso de velocidade, vindo a morrer de fratura craniana. Indique a alínea correspondente à afirmativa inteiramente correta:
- a) O evento fatal que vitimou “B” é imputável a ambos os agentes, “A” e “C”, por ter o primeiro querido esse resultado, e o segundo por ter concorrido culposamente para a morte da vítima.
- b) O evento morte de “B” é imputável exclusivamente ao agente “C”, por ter praticado a única conduta, absolutamente independente de qualquer outra, sem a qual o resultado não teria acontecido.
- c) O evento morte de “B” é imputável exclusivamente ao agente “C”, por ter praticado conduta relativamente independente da realizada por “A”, mas que, por si só, causou o resultado.
- d) O evento fatal é imputável a ambos os agentes, “A” e “C”, por terem concorrido de qualquer modo para o resultado morte de “B”.
42. “A” é condenado a 5 anos de detenção, em sentença transitada em julgado, tendo o juiz reconhecido, na sentença, a reincidência do réu. Indique a alínea correspondente à afirmativa inteiramente correta:
- a) O regime inicial da pena deverá ser o fechado.
- b) O regime inicial da pena poderá ser o fechado.
- c) O regime inicial da pena poderá ser o semi-aberto.
- d) O regime inicial da pena tanto poderá ser o semi-aberto como o fechado, dependendo da fundamentação do juiz.
43. O dolo eventual é equiparado ao dolo direto, sendo este caracterizado por ter o agente vontade livre e consciente de obter um resultado lesivo contrário à ordem jurídica. O dolo eventual decorre de ter o agente:
- a) Se arriscado a produzir o evento, sabendo que contrariava normas de cautela.
- b) Previsto o resultado, supondo levemente que este não iria ocorrer ou que poderia evitá-lo.
- c) Deixado de prever o resultado quando, pelas circunstâncias do fato, tinha condições de realizar essa previsão.
- d) Previsto o resultado, aceitando-o, caso viesse realmente a acontecer.
44. Indique a afirmativa inteiramente correta:
- a) O agente erra quanto a elemento essencial do tipo legal de crime. Se o erro é inevitável, o fato é tipicamente culposos.
- b) O agente erra ao supor situação de fato que, se existisse, tornaria legítima sua conduta. Derivando o erro de culpa, cabe ao juiz diminuir a pena.



- c) O agente erra quanto a elemento essencial do tipo legal de crime. Vencível o erro, o crime será culposos, se previsto em lei.
- d) O agente erra quanto à ilicitude do fato, pois dessa ilicitude não tinha consciência, por ser impossível atingi-la. Esse erro se caracteriza como evitável, cabendo, em consequência, a diminuição da pena.
45. Em matéria de aplicação de pena, em casos de concurso de crimes, indique em que alínea se encontra a afirmativa correta:
- a) O limite de trinta anos para as penas privativas de liberdade, estabelecido no Código Penal, impede que o juiz do processo de conhecimento imponha ao acusado sanção privativa de liberdade que ultrapasse esse limite.
- b) Havendo crime continuado homogêneo, o juiz, ao aplicar a pena de multa cominada no tipo legal de crime, deverá impor a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais benigna, se diversas.
- c) Havendo crime doloso continuado, cometido com violência contra a mesma vítima, cabe ao juiz, aplicar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- d) Havendo crime doloso continuado, cometido com violência contra a mesma vítima, cabe ao juiz, considerando as circunstâncias contidas na lei, aplicar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada até o triplo.
46. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa correta, segundo o Código Penal:
- a) A pena aplicada pelo juiz, após trânsito em julgado para a acusação, passa a regular a prescrição da pretensão punitiva, sendo o prazo prescricional aumentado de um terço, se na sentença foi reconhecida a reincidência.
- b) Em caso de sentença com trânsito em julgado, em que se reconheceu reincidência, apenas o prazo prescricional da pretensão executória será aumentado de um terço.
- c) Fica situado na margem de discricionariedade judicial o poder de reconhecer a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, com efeito retro-operante, se o prazo da causa extintiva transcorreu entre a prática do fato de lesões corporais simples e o recebimento da denúncia.
- d) O fato criminoso que caracteriza reincidência interrompe o curso da prescrição.
47. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa correta, segundo o Código Penal:
- a) Praticar crime de concussão o funcionário público que exige, para si, vantagem indevida, em razão da função, embora ainda não a tenha assumido.
- b) O fato de o agente empregar, na cobrança de tributo devido, meio vexatório ou gravoso contra o sujeito passivo, configura crime contra a administração pública denominado abuso de autoridade.
- c) O funcionário público que emprega grave ameaça, valendo-se de uma arma, para obter de alguém vantagem econômica indevida, pratica crime de concussão.
- d) Funcionário público que priva alguém de sua liberdade, prometendo resgatá-lo tão logo se lhe pague vantagem exigida, pratica crime de abuso de autoridade em concurso formal com seqüestro.
48. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa inteiramente correta, segundo o Código Penal.
- a) Para fraudar a verdade em processo judicial em andamento, advogado adultera materialmente assentamento de nascimento do acusado, reduzindo sua idade para o fim de



- obter reconhecimento de prescrição penal. O fato praticado configura crime de falsidade documental, pois se destina a induzir o juiz a erro sobre fato relevante.
- b) Com o fito de obter inscrição em concurso público, o agente falsifica materialmente sua idade em certidão de nascimento. A conduta configura o crime de falsificação de documento público, punível com pena de reclusão, e não o de falsidade de certidão ao qual se prevê pena detentiva.
- c) Advogado, na pendência de processo-crime, com a finalidade de favorecer seu cliente, induz juiz a reconhecer prescrição da pretensão acusatória, mediante adulteração materialmente produzida da idade do réu, em documento público. O magistrado decreta a extinção da punibilidade, reconhecendo tanto a prescrição argüida, como o fato de a ofendida, vítima de crime de estupro, ter casado com terceira pessoa. A sentença extintiva de punibilidade transitou em julgado. O advogado deve ser condenado pelo crime de fraude processual.
- d) Para fraudar a verdade em processo judicial em andamento, advogado adultera materialmente assentamento de nascimento de acusado, reduzindo sua idade para o fim de reconhecimento de prescrição penal. O fato praticado condiz com o crime de fraude processual, pois se destina a induzir o magistrado a erro.
49. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa inteiramente correta:
- a) No caso de residir o denunciado no exterior, em lugar sabido, a carta rogatória para citá-lo suspende o prazo da prescrição.
- b) Residindo o denunciado em legação estrangeira sediada em território nacional, sua citação será feita por mandado ou precatória, conforme o caso, e não por carta rogatória.
- c) Sendo o réu citado por edital e não comparecendo à audiência de interrogatório, o processo ficará suspenso, e interrompido o curso do prazo prescricional.
- d) No processo penal, a citação de funcionário público civil será feita por intermédio de sua chefia imediata, a ela se comunicando o dia em que deverá o réu comparecer em juízo.
50. Indique a afirmativa inteiramente correta:
- a) O prazo para embargos de declaração de sentença e para a interposição do recurso em sentido estrito é de dois dias.
- b) É de cinco dias o prazo, em juízo penal, para interposição de agravo da decisão que nega seguimento a recurso especial.
- c) Compete ao tribunal de apelação apreciar protesto por novo júri.
- d) O recurso de embargos de declaração de acórdão proferido em juízo penal terá efeito meramente suspensivo, devendo ser interposto no prazo de cinco dias.
51. Indique a afirmativa inteiramente correta:
- a) O sigilo da correspondência pode ser violado, por ordem judicial, nos casos e formas estabelecidos pela lei, para fins de investigação criminal ou instrução penal.
- b) Segundo o Código de Processo Penal, o juiz, ao sentenciar, utilizará o princípio da íntima convicção.
- c) O Código de Processo Penal estabelece, de forma expressa, que os assistentes técnicos do perito serão indicados pelas partes.
- d) Em juízo penal, não se observam, na produção de provas, as restrições da lei civil, salvo quanto ao estado das pessoas.
52. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa inteiramente correta:
- a) A requisição do Ministro da Justiça, exigida em lei, como condição para o oferecimento de denúncia, obriga o Ministério Público a promover a ação penal.



- b) Se o Ministério Público, representado pelo Procurador Geral, pedir diligência ao tribunal competente para processar e julgar causa penal, este ficará obrigado a deferi-la.
- c) No caso de queixa subsidiária, o Ministério Público poderá aditá-la, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva.
- d) Se o prazo decadencial para oferecimento de queixa-crime findar em feriado ou domingo, pode o querelante ajuizar a inicial acusatória no primeiro dia em que o foro estiver funcionando.

53. Indique a afirmativa inteiramente correta:

- a) A competência de tribunal por prerrogativa de função fica estabelecida pelo fato de a infração penal ter sido praticada durante o exercício funcional, pouco importando que a ação penal se inicie após cessado aquele exercício.
- b) Em crime cuja atividade é realizada totalmente em território estrangeiro e o resultado vem a ocorrer, em parte, no Brasil, é competente juízo da Capital do Estado onde por último residiu o acusado ou o da Capital da República, se nunca teve residência em território nacional.
- c) As regras sobre prevenção somente se aplicam, se configurada concorrência de juízos igualmente competentes.
- d) Tendo “A” matado “B” com um golpe de uma determinada faca e, posteriormente, em novas condições de tempo e lugar, praticado, com o mesmo instrumento, lesões corporais simples em “C”, desta vez sem o ânimo de matar, prevalecerá a competência do júri, por ser caso de conexão probatória.

54. Indique a alínea em que se encontra a afirmativa inteiramente correta:

- a) Podem os regimentos internos dos tribunais prever correição parcial destinada a atacar despachos ordinatórios.
- b) Cabe apelação da decisão que julga extinta a punibilidade.
- c) Contra decisão que recebe denúncia não cabe qualquer manifestação de inconformidade.
- d) A carta testemunhável deve ser interposta ao magistrado de primeira instância, devendo este, obrigatoriamente, ordenar sua remessa ao tribunal de apelação.

55. Indique a afirmativa inteiramente correta:

- a) A hipoteca legal se destina a arrecadar bens adquiridos com proveito da infração penal, ao passo que seqüestro de bens imóveis se destina a proceder ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo delito.
- b) O seqüestro de móveis é medida assecuratória, destinada a preservar, perante o juízo, os bens adquiridos com proveito da infração penal, ao passo que a busca e apreensão se destina a resguardar a inteireza da prova .
- c) Julgada procedente, em incidente próprio, em juízo penal, a falsidade documental argüida pela parte, juízo civil ou criminal ulterior ficará vinculado a essa decisão, por ser portadora do efeito de coisa julgada.
- d) Deferida a instauração de incidente de insanidade mental de acusado em processo-crime, a parte inconforme com a decisão poderá impugná-la mediante recurso em sentido estrito.

56. Indique a afirmativa correta:

- a) A sentença que reconhece causa de perdão judicial, vindo a concedê-lo, tem natureza jurídica de decisão extintiva de punibilidade.
- b) Em caso de processo de competência do júri, a decisão do juiz em sede de pronúncia que desclassificar a infração para outra, de competência do juiz singular, tem natureza jurídica de sentença, por afastar a competência do júri.



- c) A sentença que absolver o réu por ter agido em legítima defesa não apresenta eficácia vinculante do juízo cível em processo indenizatório.
- d) A sentença que absolver o réu, por ter agido em estado de necessidade, impedirá que se pleiteie no cível indenização pelo dano causado pelo necessitado.

57. A evicção consiste:

- a) Na perda da posse ou da propriedade da coisa por sentença que a atribui a terceiro com melhor título.
- b) Na reivindicação da coisa por terceiro que assegura havê-la adquirido anteriormente, cabendo ao evicto a denúncia da lide ao vendedor.
- c) Na ação do adquirente, para obter a coisa adquirida de má fé pelo evicto.
- d) Na rescisão da compra e venda imobiliária, em virtude da quebra da comutatividade contratual devido à vícios que diminuam a utilidade ou o valor da coisa comprada.

58. Assinale a afirmativa correta:

- a) A especificação é anulável por vício de consentimento.
- b) A infração à cláusula geral da boa-fé objetiva não é causa de nulidade dos negócios jurídicos no ordenamento brasileiro.
- c) Os atos nulos são ineficazes.
- d) É nulo de pleno direito o contrato celebrado por órgão público com aquele que sofreu pena de proibição para contratar com o Poder Público.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) A interrupção da prescrição não pode ser promovida por terceiro interessado.
- b) Se ordenada por juiz incompetente, a citação pessoal do devedor não interrompe a prescrição.
- c) A interrupção da prescrição, promovida pelo credor ao devedor principal, não prejudica o fiador.
- d) A prescrição corre contra os relativamente capazes.

60. Assinale a alternativa correta:

- a) São fungíveis os bens, móveis ou imóveis, que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Os bens públicos resumem-se aos bens de uso comum do povo e aos bens dominicais.
- c) As praias marítimas ou fluviais podem ser públicas, de uso comum do povo, ou particulares, de uso exclusivo de seu proprietário.
- d) A semente lançada à terra é bem imóvel.

61. Assinale a alternativa correta:

- a) A usucapião extraordinária se dá em dez anos entre presentes e vinte entre ausentes, por posse contínua e incontestada, com justo título e boa fé.
- b) Pela usucapião urbana o possuidor deve possuir como sua área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família.
- c) Pela usucapião rural o possuidor, desprovido de outro imóvel, deve possuir como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a quinze hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família e tendo nela sua moradia.
- d) O filho relativamente capaz, não pode usucapir imóvel paterno, na pendência do pátrio poder.

62. Assinale a alternativa correta:



- a) A União não pode ser ré em ações que versem dano moral.
- b) São cumuláveis as indenizações por danos materiais e morais oriundos do mesmo fato lesivo.
- c) O dano moral é quantificado com base em tudo aquilo que o ofendido razoavelmente deixou de lucrar em razão da dor sofrida.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não acolhia a reparabilidade do dano moral até a Constituição de 1.988.

63. Nas obrigações alternativas, o direito de escolha:

- a) Não havendo estipulação, pertence ao devedor.
- b) Não cumprida a obrigação, passa automaticamente ao credor.
- c) Retorna ao devedor, quando não interpelado judicialmente o credor ao término do prazo contratual;
- d) Inexistindo cláusula em contrário, pertence ao credor, que deverá exercê-lo após prévia notificação do devedor.

64. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - No processo civil moderno não mais se admite o princípio da inércia da jurisdição.
- II – Em nosso sistema, a competência relativa é regida pelo princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.
- III – Em nosso sistema, o princípio da demanda é aplicável, tanto ao processo de conhecimento, quanto ao processo de execução.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

65. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I – A representação dos incapazes, em juízo, é feita pelo Ministério Público.
- II – Entidades sem personalidade jurídica podem, em certos casos, figurar como partes no processo, mas na condição de autoras, e não na condição de rés.
- III - A parte vencida será condenada a pagar honorários advocatícios, que, todavia, não serão devidos em se tratando de causa de valor inestimável, em que o vencedor tenha advogado em causa própria.

- a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

66. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - O litisconsórcio passivo facultativo não é admissível em demandas promovidas em regime de substituição processual.
- II – Ao substituto processual é facultado praticar, no processo, atos de desistência de prova e de renúncia do direito.
- III – A oposição é meio de defesa, no processo, pelo denunciado à lide e pelo nomeado à autoria.

- a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.



- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

67. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - A incompetência absoluta, alegada por via de exceção, acarreta o indeferimento do incidente e a preclusão da matéria, com prorrogação da competência.
- II - Havendo divergência de entendimento, em matéria de competência, entre o juiz federal e o Tribunal Regional Federal respectivo, cumpre a qualquer deles suscitar conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.
- III - Em demanda entre particulares, promovida perante a Justiça do Estado, compete à Justiça Federal decidir sobre o pedido de ingresso, no processo, formulado por empresa pública federal.

- a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

68. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - A produção de prova relacionada a fato constitutivo do direito alegado pelo autor não pode ser determinada de ofício pelo juiz, sob pena de ofensa ao princípio do ônus probatório.
- II - Antes mesmo do chamado “despacho saneador”, o juiz pode, de ofício, extinguir o processo com julgamento de mérito, caso verificar a decadência do direito.
- III - Em se tratando de direitos patrimoniais, o juiz não pode, de ofício, conhecer da prescrição, mesmo em favor da Fazenda Pública.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

69. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - O instituto da antecipação da tutela não se aplica às causas em que for ré a Fazenda Pública.
- II - Segundo a disciplina legal do instituto da antecipação de tutela, é vedada a concessão de medidas liminares satisfativas, ou seja, que importem, de algum modo, a fruição do direito material pleiteado pelo autor.
- III - Em se tratando de obrigação de fazer ou não fazer, e estando configurados os requisitos da relevância do direito e do fundado receio de ineficácia do provimento final, é cabível ação cautelar inominada para impor ao demandado o cumprimento do ato ou da omissão a que está obrigado.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

70. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta

- I - Na linguagem do Código de Processo Civil, o termo “resposta” não é sinônimo de “contestação”.
- II - O instituto da revelia é aplicável aos procedimentos especiais e à ação cautelar.



III – O revel, mesmo não intimado dos atos processuais, fica sujeito aos efeitos da preclusão, inclusive no que se refere aos prazos para recurso.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas.

71. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I - Mesmo tendo o réu deixado de observar, quanto ao mérito, o princípio da eventualidade, não fica o juiz impedido, por isso, de extinguir o processo com julgamento de mérito, condenando o autor no pagamento de honorários advocatícios.

II – Os fatos constitutivos ou extintivos do direito, ocorridos após a propositura da ação, podem ser considerados pelo juiz, no momento da sentença, mesmo quando não alegados pelas partes;

III – Nas demandas sobre relação jurídica continuativa, a sentença de improcedência não faz coisa julgada material.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

72. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I – No procedimento comum, a sentença que rejeita o pedido do autor por falta de prova, faz coisa julgada material.

II – No mandado de segurança, a sentença denegatória por falta de prova não faz coisa julgada material.

III – Nos embargos à execução fiscal, a sentença de improcedência não faz coisa julgada material.

- a) As três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.
- c) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.
- d) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.

73. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I – Proposta ação declaratória de nulidade do título executivo, fica o credor impedido de promover a sua execução enquanto aquela não for julgada.

II – Proposta a ação de execução, fica o devedor impedido de promover ação declaratória de nulidade do título executivo extrajudicial.

III – O valor da condenação, fixado pelo juiz ao julgar a ação de liquidação por artigos, pode ser impugnado pelo devedor por via de apelação ou por embargos à execução.

- a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.



74. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I - A execução para entrega de coisa pode fundar-se em título executivo judicial ou extrajudicial.

II – Nas execuções previstas no Código de Processo Civil, a multa diária, como meio executivo, só é cabível em se tratando de obrigação de fazer ou de não fazer.

III – Em qualquer espécie de execução, é cabível a aplicação de multa como instrumento para coibir o ato do executado que resiste injustificadamente às ordens judiciais.

a) As três afirmações estão inteiramente corretas.

b) Apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas.

c) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

d) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.

75. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta

I - A concessão de mandado de segurança supõe, entre outros requisitos, a existência de direito líquido e certo e de risco de dano irreparável.

II – É cabível mandado de segurança coletivo para tutelar direitos subjetivos individuais.

III – No procedimento comum ordinário, as decisões interlocutórias, proferidas antes da sentença de primeiro grau, não são atacáveis por mandado de segurança, mesmo quando seu cumprimento possa acarretar lesão grave e de difícil reparação.

a) As três afirmações estão inteiramente corretas.

b) Apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas.

c) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

d) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.

76. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I - Na ação de desapropriação não se decidem questões dominiais de alta indagação.

II – A ação de desapropriação de imóvel rural, para fins de reforma agrária, será proposta no foro da situação do bem, que pode ser o federal ou o estadual, dependendo de qual seja o órgão promovente da demanda.

III – É incabível ação de desapropriação de imóvel objeto de ação de usucapião entre particulares.

a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.

b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.

d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

77. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

I - a ação consignatória admite controle difuso de constitucionalidade de preceito normativo.

II - o réu, em ação consignatória, pode, em certos casos, obter título executivo em seu favor, independentemente de reconvenção.

III – o réu, na ação possessória, pode obter indenização e tutela da posse a seu favor, independentemente de reconvenção.

a) As três afirmações estão inteiramente corretas.

b) Apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas.

c) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

d) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.



78. Considerar as seguintes afirmações, indicando, adiante, a alternativa correta:

- I - O Ministério Público, embora não tenha legitimação ativa para a ação popular, pode promover ação civil pública para tutelar certos direitos tuteláveis por ação popular.
- II - A ação civil, proposta pelo Ministério Público, para tutela da probidade administrativa, pode ter por objeto a aplicação da pena de suspensão de direitos políticos, caso em que será da competência da Justiça Eleitoral.
- III - A legitimação ativa para as ações destinadas a tutelar direitos difusos é exclusiva do Ministério Público.

- a) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
- b) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.
- c) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.
- d) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta.

79. O credor de uma firma individual cujo capital declarado no registro público de comércio é de R\$ 100.000,00, em processo de execução, penhora e expropria todos os bens componentes do estabelecimento mercantil, os quais, no respectivo leilão, são arrematados por R\$ 40.000,00. Esse credor:

- a) pode prosseguir na execução dos bens particulares do empresário, ilimitadamente;
- b) não pode prosseguir na execução dos bens particulares do empresário, devendo ater-se à execução dos bens da empresa;
- c) só pode prosseguir na execução dos bens particulares do empresário caso, na constituição da dívida, tenha ocorrido infração da lei ou atividade contrária ao objeto para a qual foi constituída a empresa;
- d) em caso de fraude, pode postular a desconsideração da existência da pessoa jurídica, com vistas à penhorar os bens particulares do empresário pessoa física.

80. Numa sociedade por cotas, de responsabilidade limitada:

- a) A responsabilidade do sócio limita-se ao valor integral de sua cota, ou seja, se o sócio integralizou sua cota nada mais deve aos credores da sociedade.
- b) Apenas em caso de falência o sócio que integralizou sua cota responde pelo valor das partes não integralizadas das cotas dos demais sócios.
- c) O sócio que integralizou sua cota responde pela parte que faltar para a integralização das quotas dos demais sócios em qualquer execução, independentemente de ser declarada a falência da sociedade.
- d) Em caso de falência, o sócio responde com seus bens particulares sem qualquer limitação.

81. Nos títulos de crédito, a autonomia das obrigações cartulares consiste:

- a) na desvinculação do título da relação subjacente que lhe deu origem;
- b) na absoluta independência das obrigações cartulares, umas em relações às outras;
- c) na impossibilidade de fazer-se prova contrária à obrigação expressamente declarada no título;
- d) na incolumidade do correlativo direito do portador em face das relações jurídicas do devedor com anteriores portadores do título.

82. Não ocorrendo o protesto do cheque ou a declaração datada do sacado até o termo de seu prazo de apresentação:

- a) Ocorre decadência do direito de crédito do portador contra emitente, endossantes e respectivos avalistas;
- b) Ocorre decadência do direito de ação de regresso contra os endossantes e seus avalistas;



- c) Ocorre decadência dos direitos de regresso apenas contra os endossantes, mantido o direito de ação contra o emitente e seus avalistas até o lapso prescricional trienal da ação cambial com base no cheque;
- d) Nada ocorre com os direitos do portador, que mantêm sua plena eficácia até o termo prescricional de três anos contado do termo do prazo de apresentação.

83. São comerciantes no Brasil:

- a) As pessoas que se dedicam habitual e profissionalmente a um empreendimento de intermediação com finalidade lucrativa.
- b) As pessoas que estiverem matriculadas no registro público de comércio e façam da mercancia profissão habitual.
- c) As pessoas, físicas ou jurídicas, matriculadas na Junta Comercial.
- d) As pessoas, registradas ou não na Junta Comercial, que se dedicam a um objeto de comércio.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) A previdência social no Brasil é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, devendo ser observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) O sistema previdenciário oficial pode cobrir eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, auxílio educação e moradia.
- c) É vedada a adoção, pela previdência social oficial, de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos seus beneficiários.
- d) Todos os salários de contribuição considerados para cálculo de benefícios da previdência social oficial devem ser atualizados por índices reais de correção monetária, mesmo diversos dos previstos na lei ordinária.

85. No regime geral da Previdência Social:

- a) A dependência econômica dos pais do segurado é sempre presumida.
- b) A dependência econômica dos filhos do segurado é sempre presumida.
- c) A dependência econômica da companheira ou do companheiro do segurado deve ser comprovada.
- d) A dependência econômica do filho inválido, maior de 21 anos, é presumida.

86. Assinale a alternativa correta levando em conta a seguinte Súmula (nº 260) do extinto TFR: *“No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral ao aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado”*:

- a) Aos benefícios concedidos após a vigência da Constituição Federal de 1988 não mais se aplicam os critérios da Súmula 260.
- b) Os critérios contidos na Súmula 260 têm aplicação mesmo a benefícios concedidos após a vigência da Constituição Federal de 1988.
- c) Os critérios contidos na Súmula 260 têm aplicação mesmo após a vigência da Constituição Federal de 1988, salvo para os segurados maiores de 50 anos.
- d) A Súmula 260 tem aplicação após a criação do Superior Tribunal de Justiça, independentemente da data da concessão do benefício.

87. Assinale a alternativa correta:

- a) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano foi proibida a contar da vigência da Constituição Federal de 1988.



- b) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano somente foi permitida após o advento da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91).
- c) A norma que prevê a reciprocidade do tempo de serviço rural e urbano prevista na Constituição Federal (artigo 202, § 2º) é auto-aplicável.
- d) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano somente foi permitida com o advento da regulamentação do regime geral da Previdência Social, exclusivamente para o servidor público.

88. Segundo a Constituição, a Seguridade Social deve ser organizada com base, entre outros, nos seguintes objetivos:

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade de base de financiamento, caráter democrático e descentralizado de administração, mediante gestão quadripartite.
- b) Uniformidade e equivalência dos benefícios urbanos e rurais, seletividade e distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, unicidade da base de financiamento, caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão pública.
- c) Universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade dos benefícios urbanos e equivalência dos benefícios rurais, redutibilidade do valor dos benefícios, diversidade de base de financiamento, caráter democrático e participativo de administração, mediante gestão partilhada.
- d) Universalidade da cobertura e do atendimento seletivo, equivalência dos benefícios urbanos e rurais, distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, caráter democrático e gestão exclusivamente governamental.

89. Assinale a alternativa correta:

- a) O trabalhador rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a oitiva de testemunhas.
- b) O trabalhador rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a oitiva de testemunhas e indenização das contribuições devidas pelo período de carência.
- c) A trabalhadora rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a exibição dos documentos do chefe da comunidade familiar, complementada com prova testemunhal.
- d) A trabalhadora rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a exibição dos documentos do cônjuge ou pai, independentemente de complementação com prova testemunhal.

90. A Emenda Constitucional 20/98:

- a) Alterou a sistemática do regime geral de previdência antes vigente, quando estabeleceu valor máximo para as aposentadorias.
- b) Alterou a sistemática vigente, quando extinguiu o regime previdenciário privado.
- c) Alterou a sistemática vigente, quando estabeleceu o regime único da previdência social.
- d) Alterou a sistemática vigente, quando extinguiu, com ressalvas, a contagem do tempo de serviço como requisito da aposentadoria previdenciária voluntária.



91. São benefícios previdenciários isentos do período de carência:

- a) A aposentadoria por invalidez e a pensão por morte.
- b) O auxílio-reclusão e o auxílio-acidente.
- c) A aposentadoria voluntária e aposentadoria por invalidez.
- d) O pecúlio e a aposentadoria por invalidez.

92. Assinale a alternativa correta:

- a) O salário-de-contribuição é o salário percebido pelo empregado, excluídos os ganhos habituais sob forma de utilidades.
- b) O salário-de-contribuição é o salário declarado pelo empregador.
- c) O salário-de-contribuição é o salário sobre o qual incide a contribuição para a Previdência Social, observados os limites mínimo e máximo previstos em lei.
- d) O salário-de-contribuição do trabalhador avulso é o seu salário-base.

93. Por força da Emenda Constitucional 20/98:

- a) É proibida a contagem ficta de tempo de serviço para fins de aposentadoria, sem qualquer ressalva do direito adquirido.
- b) A idade mínima para aposentadoria passou a ser de 53 anos de idade, para todos os segurados.
- c) Foram extintas as aposentadorias proporcionais.
- d) Aplicam-se aos magistrados e membros do Ministério Público as regras que estabelecem os requisitos gerais para aposentadoria voluntária dos servidores públicos.

94. Assinale a alternativa correta:

- a) O Tratado de Assunção, celebrado entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, tem por propósito a livre circulação de bens, serviços e pessoas.
- b) Os Estados Partes decidiram, no Tratado de Assunção, constituir um Mercado Comum.
- c) As fontes de Direito do chamado MERCOSUL são o Tratado de Assunção, os Protocolos, as Decisões do Conselho e do Grupo, bem como as Diretivas da Comunidade Européia e da ALCA.
- d) O Protocolo de Ouro Preto deu personalidade jurídica ao chamado MERCOSUL.

95. Assinale a alternativa correta:

- a) A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas proíbe que representantes diplomáticos exerçam funções consulares.
- b) A Convenção de Viena exige que os diplomatas sejam nacionais do país que representam.
- c) A Convenção de Viena sobre Relações Consulares prevê o *exequatur* do país estrangeiro para autorizar o consul-geral de um Estado a exercer suas funções.
- d) A Convenção de Viena estabelece um número mínimo de membros da repartição consular.

96. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais normativos têm supremacia sobre o direito positivo interno em matéria tributária.
- b) Os tratados internacionais são celebrados por decreto legislativo do Congresso Nacional.
- c) A promulgação dos tratados internacionais é da competência do Presidente da República.
- d) Após a aprovação definitiva pelo Congresso Nacional, o tratado internacional passa a ser obrigatório no direito positivo interno.

97. Assinale a alternativa correta:

- a) A ação de alimentos, ajuizada no Brasil, por estrangeiro residente em seu país de origem, contra alimentante residente no Brasil, é de competência da Justiça Federal.



- b) A ação de alimentos movida no Brasil, por estrangeiro contra brasileiro, sendo ambos residentes no Brasil, é de competência da Justiça dos Estados.
- c) A ação de alimentos em favor de estrangeiros, promovida pela Procuradoria-Geral da República, na qualidade de instituição intermediária, contra alimentante residente no Brasil, pode ser proposta na Justiça Federal de qualquer Seção Judiciária, à escolha do exequente.
- d) A eficácia, no Brasil, das Convenções Interamericanas depende da sua aprovação por decreto do Presidente da República e da sua promulgação pelo Congresso Nacional.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) A sentença arbitral estrangeira só pode ser executada no Brasil se houver tratado com o país onde ela foi proferida.
- b) A sentença arbitral estrangeira pode ser executada no Brasil, independentemente da homologação do Supremo Tribunal Federal.
- c) A sentença arbitral de Estado Parte do Mercosul pode ser executada no Brasil mesmo antes de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) A homologação de sentença, proferida por órgão judiciário de Estado Parte do Mercosul, pode ser feita mediante Carta Rogatória.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) São brasileiros os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, mesmo que os pais estejam a serviço de seu país.
- b) Os filhos de pai e mãe brasileiros nascidos no exterior só serão brasileiros natos se vierem a residir no Brasil antes da maioridade.
- c) Os filhos de mãe brasileira nascidos no estrangeiro só serão brasileiros se optarem pela nacionalidade no prazo de 4 anos contados da sua maioridade.
- d) Antes da maioridade a pessoa não pode optar pela nacionalidade brasileira.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) Na pendência de pedido de extradição, não é possível decretar-se a prisão preventiva do extraditando.
- b) Não se concede a extradição por delito que, se tivesse sido praticado no Brasil, permitiria a suspensão do processo penal, com base na lei 9.099/95 (art. 89).
- c) É da competência exclusiva do Plenário do Supremo Tribunal Federal conceder a extradição solicitada por estado estrangeiro, pronunciando-se sobre a legalidade e a procedência do pedido.
- d) Não se admite hipótese de extradição de cidadão brasileiro.



**IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO**

**GABARITO DA PROVA SELETIVA
(Após apreciação dos recursos)**

01. B	26. ANULADA	51. D	76. A
02. B	27. B	52. C	77. A
03. A	28. D	53. C	78. A
04. C	29. ANULADA	54. A	79. A
05. D	30. D	55. B	80. B
06. C	31. C	56. A	81. D
07. B	32. D	57. A	82. B
08. C	33. D	58. D	83. D
09. B	34. A	59. D	84. A
10. B	35. D	60. D	85. D
11. D	36. B	61. D	86. A
12. B	37. B	62. B	87. ANULADA
13. C	38. B	63. A	88. A
14. D	39. A	64. B	89. C
15. B	40. D	65. D	90. D
16. B	41. B	66. D	91. B
17. C	42. C	67. C	92. C
18. C	43. D	68. C	93. D
19. C	44. C	69. D	94. ANULADA
20. B	45. C	70. A	95. C
21. C	46. B	71. B	96. C
22. A	47. A	72. B	97. B
23. B	48. A	73. D	98. D
24. A	49. A	74. A	99. D
25. B	50. B	75. B	100. C



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. O candidato está recebendo um caderno de prova, que constará de uma sentença cível e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal.
2. A prova possui 03 (três) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início.
3. Nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas.
4. Na redação da prova o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deverá ser feita de forma legível.
5. A prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis.
6. Todas as folhas utilizadas pelos candidatos deverão ser devolvidas, inclusive as de rascunho.



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

1ª Questão: Prolatar sentença cível, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.

José da Silva e Maria da Silva, brasileiros, menores, ele com 19 anos e ela com 14 anos de idade, residentes e domiciliados em Canoas, RS, por sua mãe, Geni da Silva, promoveram contra a União, perante a Vara Federal de Canoas, RS, uma ação de indenização, alegando serem filhos de João da Silva, técnico em construção civil, morto no dia 1º de abril de 1990, em consequência de atropelamento, na cidade de Porto Alegre. Dizem que o seu pai voltava do trabalho, quando foi colhido por um automóvel que trafegava em altíssima velocidade, dirigido por um indivíduo que fugia da polícia, depois de ter conseguido iludir a vigilância da guarda que o conduzia para uma audiência de interrogatório na Justiça Federal, onde respondia a processo por tráfico internacional de entorpecentes. Pedem a condenação da União ao pagamento de uma indenização de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividida em duas parcelas assim determinadas: a primeira, de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), pela privação do sustento que o pai lhes alcançaria até o final de sua vida, calculada em 65 (sessenta e cinco) anos, já que percebia cerca de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês, como autônomo, na sua atividade profissional; a segunda, de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), por danos morais, visto terem ficado órfãos ainda na mais tenra idade.

Citada, a União ofereceu contestação, argüindo, preliminarmente, a incompetência absoluta do juízo federal de Canoas, pois o acidente que deu origem à demanda ocorreu na capital do Estado. Levantou, ainda, as seguintes preliminares: inépcia da petição inicial, que ora invoca a teoria da responsabilidade objetiva ora sustenta a culpa dos agentes que permitiram a fuga do preso causador do acidente, dificultando dessa forma o exercício da defesa; ilegitimidade passiva para a causa, pois o preso estava recolhido em presídio estadual.



No mérito, sustentou a prescrição por terem transcorrido mais de cinco anos desde a data do fato; que a vítima não foi atropelada por veículo oficial; que a Administração só responde objetivamente por danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros; e que, de resto, os policiais que perseguiram o fugitivo estavam no estrito cumprimento do seu dever legal, não tendo concorrido de nenhuma forma para o sinistro.

Impugnou, ainda, o valor pretendido, afirmando que a vítima não percebia a renda mensal alegada; que ela já tinha 40 (quarenta) anos na data do falecimento; que os filhos só têm direito a alimentos do pai, na melhor das hipóteses, até atingirem a maioridade; que o dano moral não é indenizável; e que, de resto, a quantia exigida era manifestamente exorbitante.

Intimados para falar sobre a contestação, os demandantes replicaram todas as preliminares, reafirmaram a responsabilidade da União e insistiram nos valores pretendidos.

O Ministério Público Federal foi intimado e nada requereu, considerando que os interesses dos menores estavam sendo bem atendidos.

Em seguida, o juiz declarou que as preliminares seriam decididas juntamente com o mérito e colheu a prova requerida pelas partes: as testemunhas dos autores confirmaram as circunstâncias em que ocorreu o atropelamento da vítima, destacando que uma viatura da Polícia Federal perseguia o fugitivo. Disseram, também, que o falecido era um profissional conceituado na sua área e que ganhava bem mais do que indicado na inicial; as testemunhas da ré, por sua vez, informaram que o preso vinha da Penitenciária Estadual e estava sendo conduzido por uma escolta composta por policiais civis e federais; que não houve propriamente uma perseguição ao foragido, mas um acompanhamento à distância; que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do atropelador, que perdeu o controle do carro que dirigia.

Antes de terminar a audiência, o advogado dos autores pediu a antecipação da tutela, alegando que eles, por serem menores com baixo grau de instrução, não encontram colocação para trabalhar e vêm passando necessidades, pois a sua genitora está doente e foi demitida do seu emprego de empregada doméstica.

Os autos foram conclusos para julgamento.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Identifique o conteúdo dos seguintes princípios administrativos: a) razoabilidade; b) eficiência; c) publicidade; d) moralidade ou probidade.

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

SINFRÔNIO LABORATÍCIO, nascido a 1º de maio de 1952, trabalhou na roça com seus pais, em regime de economia familiar, comprovado por testemunhas, desde os dez anos de idade até 01-06-1970, quando iniciou a prestação do serviço militar, que se estendeu até 03-07-1971. Após sua baixa do Exército, passou a exercer a atividade de balconista em uma ferragem. Nessa, a sua relação de emprego perdurou doze anos e meio, sendo que, a partir do quinto ano, gozou do benefício de auxílio-doença por dois anos e meio. Rescindido o seu contrato de trabalho, ficou desempregado por um período de dezoito meses. Ao depois, empregou-se em uma oficina de chapeação e pintura, onde exerceu atividade laboral insalubre durante cinco anos. Cessado o seu contrato de trabalho naquela atividade, após aprovação em concurso público, passou a exercer o cargo de escriturário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em regime estatutário, permanecendo na referida função por um período de dois anos e meio. Por fim, estabeleceu-se com escritório de advocacia nesta Capital, contribuindo como autônomo até 17-12-1996. Em 31 de dezembro de 1998, requereu aposentadoria por tempo de serviço. A autarquia Previdenciária indeferiu o seu pedido pelos seguintes motivos: a) desconsideração do tempo de serviço rural, porquanto o requerente não exibiu prova documental da atividade rurícola em nome próprio, mas no de seu pai; não recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias e, ainda assim, somente poderia contar o tempo de serviço rural a partir dos 16 anos de idade; b) ser insuficiente para a aposentadoria o tempo de serviço prestado nas demais atividades; c) não cumprimento do período de carência necessário à sua concessão; d) não implemento da idade mínima para o benefício; e) já havia perdido a qualidade de segurado bem antes de 31-12-1998.

Pergunta-se: estão corretos os fundamentos da decisão do INSS?

Justifique as respostas conforme as normas constitucionais e legais então vigentes.



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. O candidato está recebendo uma prova, que constará de uma sentença penal e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal;
2. A prova possui 04 (quatro) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início;
3. Nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas;
4. Na redação das provas escritas o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deve ser feita de forma legível.
5. A prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis;
6. Todas as folhas utilizadas pelos candidatos deverão ser devolvidas, inclusive as de rascunho.



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

***1ª QUESTÃO:* Prolate sentença penal, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.**

Os irmãos Tício Albanus e Mévio Albanus, juntamente com Terência Máximo, dirigiram-se para território paraguaio onde, em Ciudad Del Este, adquiriram meio quilo de cocaína e quatro pistolas marca Beretta, de fabricação italiana, com a finalidade de vender os bens em território brasileiro. Após atravessarem a ponte que liga a cidade paraguaia a Foz do Iguaçu/PR, procuraram entrar em contato com alguém que dispusesse de um veículo para transportar as mercadorias até Florianópolis, onde desejavam negociá-las. Após obterem informações com amigos, localizaram Nero Flaviano e Caio Brutus a quem propuseram uma participação no lucro, equivalente a dez por cento do ganho obtido, para transportarem em segurança os bens comprados no Paraguai até a capital catarinense, onde os primeiros os esperariam na Rua Porto Alegre, nº 200, em dia e hora marcados, local onde funcionava a farmácia Esperança de propriedade de Terência. Para transportar as mercadorias, Brutus e Nero muniram-se de carteiras de motorista e identidade falsificadas, pois não dispunham de licença para dirigir, tendo-as apresentado à fiscalização estradal em duas oportunidades, durante o trajeto sem que os fiscais notassem a falsificação. Alertada da trama, a polícia federal, munida de mandado de busca e apreensão, preparou uma espera e, tão logo Nero e Brutus chegavam ao local estabelecido e entregavam a mercadoria a Tício, Mévio e Terência, isso às 17h do dia 05.05.99, os policiais, dirigidos pelo delegado federal Antonino Brúcio, invadiram a casa e realizaram a apreensão dos bens comprados no Paraguai. Lavrado o flagrante e o auto de apreensão, elaboraram-se indagações policiais, tendo Mévio confessado toda a atividade dos cinco parceiros, inclusive a proposta de percentagem oferecida a Nero e Brutus, e por eles aceita. As mercadorias foram enviadas para perícia. Constataram os experts que a substância branca encontrada na diligência era cocaína, relacionada, pelo serviço competente



do Ministério da Saúde, como entorpecente, capaz de causar dependência física ou psíquica, de valor inestimável, por se tratar de bem de comercialização proibida. As armas periciadas eram efetivamente fabricadas na Itália pela fábrica Beretta, estando proibida sua importação pelo Ministério da Justiça, sendo avaliadas, cada uma, em R\$ 1.600,00. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra os cinco envolvidos nos fatos, capitulando suas condutas nos arts. 12 e 14, cominados com o art. 18, III, todos da Lei nº 6.368/76; 334, 288 e 304, combinado este último com o art. 299, todos do Código Penal. Os delitos acima capitulados configuram concurso material de delitos, em conformidade com o art. 69 do Código Penal, tendo sido praticados em co-autoria, segundo previsão contida no art. 29 do mesmo diploma legal.

Foi colhida a prova judicial. Dela constam os interrogatórios dos acusados, tendo todos negado participação nos crimes a eles imputados, salvo Mévio que reiterou a ampla confissão já feita perante a polícia.

Foram ouvidos o delegado federal Antonino Brúcio e um dos funcionários que participou da apreensão, narrando todo o ocorrido e as providências tomadas na diligência, além da lavratura do flagrante e remessa dos bens apreendidos à perícia. Como tivessem sido apreendidas as carteiras de motorista e identidade em poder de Brutus e Nero, foram remetidas à perícia criminalística onde se identificou a falsidade, lavrando-se laudo circunstanciado e fundamentado, comprovando a falsidade que viciava os documentos usados pelos dois co-réus.

Foram ouvidas testemunhas de defesa sobre condutas antecedentes dos acusados.

Na prova colhida, ficou demonstrado que o co-réu Tício, de 44 anos, já havia sido anteriormente condenado criminalmente à pena de três anos de reclusão, confirmada pelo segundo grau, tendo sido interposto recurso especial, com seguimento não admitido, estando-se a aguardar o julgamento do agravo interposto ao tempo da prática do fato ora em julgamento. Posteriormente, o agravo foi improvido. Mévio nunca fora processado, embora contra ele tivesse sido decretada prisão provisória. A ação penal não chegou a ser promovida, ante a constatação, pelo Ministério Público, de ocorrência de prescrição com base na pena cominada. Terência nada registra de anormal em sua conduta, tendo participado de uma associação de farmacêuticos que distribuía remédios a pessoas necessitadas. Brutus e Nero, confessaram, em seus interrogatórios,



que já se haviam envolvido em pequenos descaminhos na fronteira, assim como participavam de “safáris” destinados a caçar animais silvestres, embora na polícia não constasse nenhum registro dessas ocorrências.

Encerrada a instrução sem novas diligências, os defensores dos acusados produziram alegações finais, após a manifestação do Ministério Público. Esse reiterou o pedido de condenação nos mesmos termos da denúncia, ao passo que os advogados postularam a absolvição de seus defendidos por negativa de autoria, sendo que o de Mévio alegou que, diante do princípio da delação premiada, deveria ele ser absolvido das imputações feitas pelo *parquet* ou, alternativamente, ter a pena reduzida de 2/3, em decorrência de analogia *in bonam partem* na aplicação de minorante contida em lei especial.

É o relatório.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Considerando, (a) a presunção de constitucionalidade dos preceitos normativos, (b) o disposto no art. 97 da Constituição (“Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”); e (c) que as medidas antecipatórias se fundam em mero juízo de verossimilhança, pergunta-se: é cabível, no primeiro grau, a concessão de medida liminar sob o fundamento de inconstitucionalidade de uma lei?

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Conceitue ato jurídico, especificando as seguintes categorias: fato jurídico *stricto sensu*, ato-fato jurídico, ato jurídico *stricto sensu*, negócio jurídico e ato ilícito.